



REQUERIMENTO Número /XIII (.ª)

PERGUNTA Número /XIII (.ª)

Assunto: Licenciamento mina de urânio junto à fronteira a sudoeste da Província de Badajoz

Destinatário: Ministério do Ambiente e da Transição Energética

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Portugal concluiu no início deste século a desativação das suas explorações mineiras de urânio e recusou, desde Ferrel, o nuclear como opção para a geração de energia elétrica.

No entanto, a mineração do urânio deixou um rasto de consequências graves para a saúde dos mineiros e das populações dessas regiões, para além de um elevado passivo ambiental ainda não resolvido, com processos de descontaminação morosos e de custos avultados.

A empresa pública EDM ficou com a responsabilidade da intervenção ambiental nas antigas explorações mineiras portuguesas. Até 2017 tinham sido tratadas apenas 56% das minas e gastos 49 milhões de euros nesse processo. Faltavam ainda 20 das 61 minas que representam risco ambiental. Situações como as da jazida de urânio em Monte Claro, Nisa, mantêm-se por resolver. Haverá situações que dificilmente serão revertidas.

Contudo, a pressão dos riscos decorrentes da utilização da energia nuclear e das explorações uraníferas têm-se mantido junto à fronteira, do lado espanhol, e com potenciais *impactes* nas populações, nos ecossistemas e nos territórios portugueses. Os casos da central nuclear de Almaraz, do seu ATI e da mina de urânio de Retortillo são apenas os mais recentes.

A atitude das autoridades espanholas, nos processos de licenciamento de iniciativas com possibilidade de *impactes* transfronteiriços, tem sido o de reter informação e de procurar não envolver as autoridades portuguesas.

Esta situação parece estar a ocorrer de novo com o processo de licenciamento de uma exploração de urânio no sudoeste da Extremadura (Badajoz), a cerca de 25 km da fronteira portuguesa, entre as localidades de Zahinos e Vila Nueva del Fresno, sobre o rio Alcarache, afluente do Guadiana.

De facto, o Jornal Oficial da Extremadura, publicado em 2 de janeiro, refere a concessão de uma autorização pela Direcção-Geral de Energia e Minas à empresa mineira designada Qbis Resources, SL, com sede em Granada, para pesquisa de urânio numa antiga mina localizada na herdade de Cabra Alta, a sudoeste da



província de Badajoz e próxima dos municípios portugueses de Mourão e Barrancos.

Os cinco municípios espanhóis com territórios na herdade de Cabra Alta, Villanueva del Fresno, Zahinos, Oliva de la Frontera, Higuera de Vargas e Jerez de los Caballeros, já declararam a sua oposição à permissão para que a prospeção de urânio prossiga.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente e da Transição Energética as seguintes perguntas:

1. O Governo tem conhecimento da autorização das autoridades espanholas para a prospeção de urânio na província de Badajoz, tendo em vista a reabertura da mina localizada na herdade de Cabra Alta, entre as localidades de Zahinos e Vila Nueva del Fresno, na área da bacia hidrográfica do Guadiana?
2. O Governo espanhol teve alguma iniciativa no sentido de informar as autoridades portuguesas sobre o processo de licenciamento de uma mina de urânio a poucos quilómetros da fronteira portuguesa e sobre um rio da bacia hidrográfica do Guadiana?
3. Que diligências tomou ou tomará o Governo junto das autoridades espanholas acerca da referida autorização de prospeção mineira de urânio, de modo a que as autoridades portuguesas sejam devidamente informadas e envolvidas no processo de licenciamento em curso, tendo em conta o potencial *impacte* transfronteiriço?

Palácio de São Bento, 13 de maio de 2019.

O Deputado,

Pedro Soares